

Estados detonam debate sobre moratória interna

18 MAI 1987

JORNAL DO BRASIL

Dinola Ribeiro

BRASÍLIA — A pressão dos governadores para que a área econômica apresente soluções ao emaranhado de problemas financeiros em que estão metidos os estados detonou semana passada no Congresso a discussão da tese da moratória interna. Preocupado, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, telefonou terça-feira para o deputado Ulysses Guimarães. Bresser não desejava o impasse da moratória. Enquanto isso, as principais lideranças do PMDB defendiam o que batizaram de “Plano de Saneamento Financeiro”.

Governadores de todo o país, sozinhos ou em blocos regionais, se dedicaram nos últimos 15 dias a cumprir agenda de compromissos com os ministros Bresser Pereira e Aníbal Teixeira. Os últimos foram os do Nordeste que, como seus colegas, voltaram para casa reclamando. Esta é, sem dúvida, a maior crise de falta de dinheiro por que passam os estados nos últimos 20 anos.

— Se dentro de 60 dias não tiver uma solução, não poderei mais colocar gasolina nos carros, que dirá pagar o funcionalismo — reclamou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, na sexta-feira, dia 8, ao embarcar para Fortaleza depois de acertar com o ministro Bresser Pereira que o novo secretário-geral da Fazenda seria Maílson Nóbrega. Seu colega Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte, tinha, cinco dias mais tarde, previsão mais curta para o seu colapso: 10 dias.

No dia em que os governadores do Nordeste encontraram o ministro Bresser Pereira, o senador cearense Mauro Benevides, do PMDB, divulgava seu projeto de emenda constitucional pelo qual a União assumiria os débitos internos e externos dos estados e municípios. No curto prazo, o senador sugeria a emissão de títulos estaduais com prazo de resgate de 20 anos, 6% ao ano de juros e correção monetária com base na variação da OTN.

— Precisamos colocar alguma coisa na mesa que dê início a uma negociação em cima de propostas concretas e é isso que estou fazendo — explicou Benevides que, junto com o senador Affonso Camargo e os deputados Milton Reis e Chico Pinto, fazem parte de uma comissão encarregada de discutir a dívida dos Estados.

As pressões produziram seu primeiro resultado positivo na quinta-feira, dia seguinte à reunião com os nordestinos, quando o ministro Bresser Pereira aprovou um plano de emergência para os governos estaduais. Permitiu-se a rolagem de US\$ 3,5 bilhões envolvendo a totalidade da dívida externa e 100% do principal da dívida interna, mais cerca de 50% dos juros devidos no exterior. A emissão de títulos também foi autorizada.

Os governadores do Nordeste saíram insatisfeitos com as medidas de socorro adotadas pelo ministro da Fazenda. Mas pelo menos elas servirão para conter o desespero dos políticos que, vitoriosos em 15 de novembro, estão sendo obrigados a governar com os cofres vazios.

A questão financeira está diretamente ligada à sobrevivência dos eleitos. E isso ficou claro na reunião da Executiva do PMDB, na última terça-feira, quando o deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima chegou a lançar mão do argumento de que “a situação é tão angustiante que não abstraio a hipótese de vários companheiros deixarem o partido se não houver solução rápida”.

No mesmo dia da reunião de Bresser com os nordestinos, faziam coro no Congresso por um plano de saneamento financeiro o presidenciável senador José Richa, do Paraná, o senador fluminense Nelson Carneiro, seu colega paulista Severo Gomes e o deputado paranaense Euclides Scalco.